



Para cumprir obrigações, Estado não pode admitir sonegação

Não tem fim a interrogação não puramente teórica, mas constituinte do que somos e do destino dos nossos passos acerca dos fundamentos do Estado. Para uns, criação radical, fruto de um imaginário instituinte, o imaginário social-histórico da modernidade. Assim dizia Castoriadis. Para outros, teratogenia: o Estado é *o mais frio dos monstros frios*. Assim falou Zaratustra. São extremos de uma ideia de concepções várias. A tese hegemônica, no entanto, filha do racionalismo, é a de que o Estado assenta-se num contrato, o contrato social.

Não num contrato *tout court*. As variantes, também aqui, são em profusão. Mas desde a versão *hard* e absolutista do Estado-Leviathan de Hobbes, passando pela modalidade *soft* e neutral do Estado-mínimo de matriz lockeana, até as teorias jusnaturalistas mais contemporâneas, que incorporam ao debate público o novo estágio da discussão sobre moralidade e direitos humanos, há, em todo contratualismo, a noção de uma troca lúcida e lógica, motivada por um cálculo consciente: aceitamos abandonar o mundo da natureza, no qual vigora o incontrolável da força bruta, para ingressarmos na sociedade, que é o domínio da demarcação de limites na vivência; renunciemos, pois, à onipotência de nós mesmos e à justiça de mão própria, por uma convivência possível e equilibrada, sob as promessas e as armas do Estado.

Tudo é muito apolíneo. E, é claro, de uma luminosidade que ofusca, em todos os níveis. Basta dizer que, se tudo o que nos prende é um contrato, um contrato, aliás, cujo instrumento ninguém nunca viu ou assinou, então basta denunciá-lo, e dele evadir-se, para quem com ele não concorde, ou, de modo ainda mais estratégico, simplesmente descumpri-lo, e gozar das benesses do inadimplemento, que as há. Só que as coisas são bem mais reais e a gente quer mais do que essa caricatura de negócio público-existencial. Tanto mais quando se pensa no ambiente de uma sociedade multicultural, como a nossa, que foi inoculada pelo sonho de um projeto de autonomia individual e coletiva, inventado pelos gregos, chamado democracia.

A pálida metáfora do contrato, no entanto, elucida um aspecto incontornável da *vida-de-relação*, para além do contratualismo: o *custo-da-convivência*, o ônus de *estarmos-juntos-aí-no-mundo*, o preço de *sermos-assim*. De fato, quem diz contratual, não diz, necessariamente, justo (o velho brocardo *qui dit contratuel, dit juste* é uma grande falácia). Mas quem diz contratual, diz patrimonial, a saber, implica transferência de bens. Numa perspectiva mais ampla, no âmbito político, isso significa que, sem uma bojuda base material, o Estado, que é também prestador de utilidades, que é também fomentador de políticas públicas, que é também regulador de atividades econômicas, não subsiste, nem pode cumprir suas promessas, ele que, tal como o herói que roubou o fogo olímpico, muito nos Prometeu — a Constituição Federal é do tamanho do Brasil.

E toda a arca do Estado, material e espiritual, provém de pessoas, não do povo, que não tem rosto, nem pulsação, como o próprio Estado. No plano material, a principal fonte de receita do Estado provém de pessoas que, partícipes de um mesmo momento histórico-social, co-habitantes de uma mesma porção geográfica e co-responsáveis, por isso mesmo, pela sorte de tudo o que é humano aí inserido, recolhem tributos. Nesse contexto, a questão da sonegação não é uma questão tópica. Sonegar não é um mero



ilícito: é negar a base material da organização política; a condição de possibilidade para dias mais leves, e vida mais abrangente, para muitos; enfim, a chance de expansão a tantos. Não se trata, aqui, de assistencialismos eleitoreiros, nem de políticas de segregação, estribadas em fatores raciais. Trata-se, só, do que é humano, demasiado humano. Sem receita pública, quem vai manter a praça? Quem vai ensinar a ler e escrever às crianças e aos maiores abandonados? Quem vai cuidar dos doentes e enterrar os mortos?

Mas sonegar não é só-negar tudo isso. É pôr-se, ainda, numa informalidade estratégica, à margem de compromissos públicos, e, ao mesmo tempo, fruir das vantagens públicas. Em alguns setores, sob especial regulação, as consequências são ainda mais perversas. É o caso da fabricação e comercialização de produtos que implicam, potencialmente, riscos especiais à saúde. Aqui, muitas vezes, a atividade é apenas tolerada, sob muitas condicionantes, tais como o cumprimento de requisitos especiais para a instalação e funcionamento de unidade produtiva, e a submissão a rigorosa política de publicidade. Dentre essas restrições, sobressai a incidência de alta carga tributária, que pode chegar a 70% do preço final do produto, como se dá com o cigarro. E se ela não funciona como fator inibidor, tem nítida feição compensatória: toleram-se riscos e, como contrapartida, obtêm-se recursos para investimentos em políticas públicas, notadamente em saúde. Sonegar, então, aqui, não implica romper, apenas, com a solidariedade social, mas com a própria base de legitimidade para o exercício dessas atividades sujeitas a disciplina mais restritiva.

Esse é o paradoxo da democracia. *A gente quer ter voz ativa, no nosso destino mandar...* mas a via de escape está sempre ao lado. Fratura e junta são pulsões humanas. E a sonegação é uma grande fratura no Estado. Há outras, oriundas das entranhas do próprio Estado. Afinal, sob o ângulo do Poder, o aleijão quase congênito não é sonegar, mas corromper, com a pilhagem da *res publica*. Tudo isso só revela quão frágeis são as bases do contrato social, fincadas num mero cálculo. Por isso que, mais do que um contrato social, Rousseau propunha, *al di là della ragione*, um contato social de *viso a viso*, calcado na pedagogia de Emilio, que é a pedagogia da solicitude e do cuidado. Seja como for, haveremos de reinventar elos de atração mais consistentes, sobre solo mais úmido e fértil, com espírito (*Geist*) e fermento (*Gest*), vida (*Leben*) e amor (*Lieben*).

Democracia prescinde de Estado, é *vida-de-relação-aberta*, cercada de perigos. *Mas onde há perigo*, diz o poeta, *cresce também o que salva*. Tudo, é claro, está sujeito à lei do desgaste, e toda pedra arremessada deve cair. Mas embora os homens devam morrer, dizia Arendt, eles *não nascem para morrer, mas para começar* e recomeçar e começar mais uma vez e de novo e sempre. Democracia é assumir todos os riscos: *take our chance in liberty*. É ter responsabilidade na vivência com a alteridade, para que tudo não seja um sonho para além do arco-íris, no País das Esmeraldas.

Date Created

25/06/2009